SIMPERE
Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife

Filiado à CSP Conlutas CNTE

ILAESE

Uma análise das finanças da Educação em Recife

Apresentação

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos sob coordenação de Gustavo Henrique Lopes Machado.

Este estudo tem por objetivo analisar as finanças públicas de Recife, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da educação.

Todas informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. No fundamental, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional (Siconf, FNDE), IBGE e o Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

ÍNDICE

Sumário

Introdução.....3

1 - Não faltam recursos na prefeitura de Recife.....4

2 – Gasto com Pessoal: Lei de Responsabilidade Fiscal não é desculpa.....7

3 – Investimentos cada vez menores em Educação.....10

Investimentos totais em Educação.....10
Detalhamento dos gastos totais em Educação.....11
Gasto mínimo constitucional na Educação Básica.....12
Gastos com os profissionais do magistério na Educação Básica.....13

4 – Repasse do FUNDEB.....15

Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação.....15

5 – Trabalho mais intenso e precário.....17

6 – O avanço da terceirização.....19

Conclusões.....21

Introdução

Nesse último período, muitas tem sido as supostas justificativas para o menor investimento em serviços públicos essenciais como é o caso da educação, da saúde, do transporte etc. O argumento mais comumente utilizados é a crise econômica atual e a necessidade de cumprir com os requisitos legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, no caso específico da educação, muito se fala no giro populacional atual, na queda da taxa de natalidade e, assim, na redução da demanda por educação, necessitando de menos recursos.

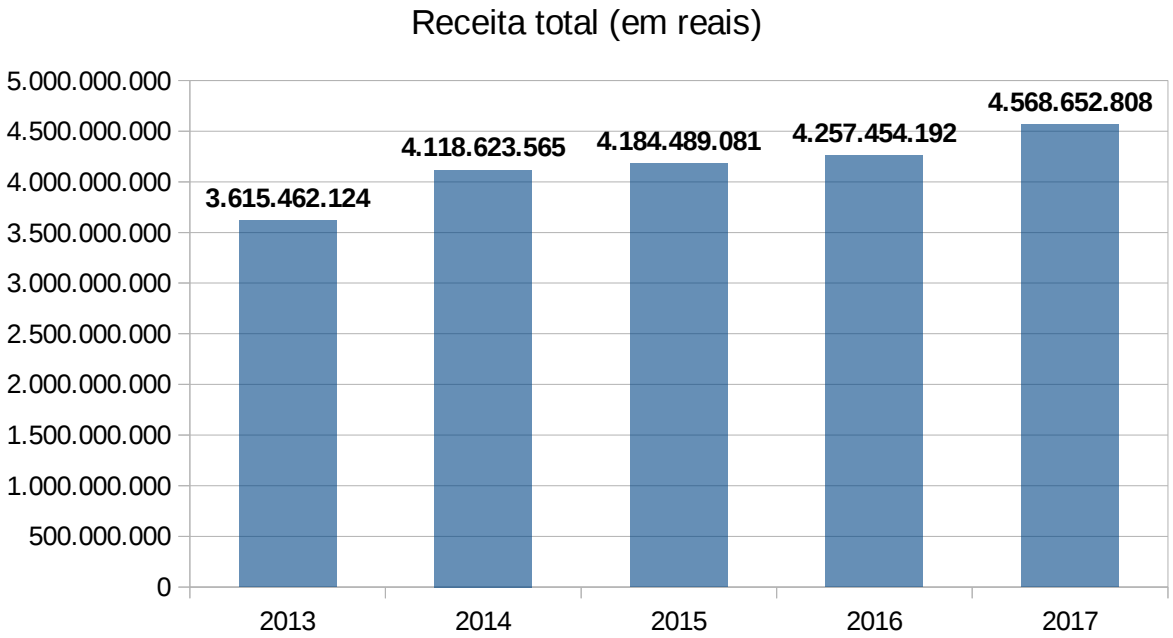
Acreditamos que nenhum desses argumentos são, em si mesmos, válidos, ainda que a crise econômica seja uma realidade. O que deve prevalecer, em primeiro lugar, são as necessidades da população e da classe trabalhadora de Recife e não os requisitos legais para atender a demanda de bancos e empresas privadas. Mesmo assim, no caso de Recife, ainda que assumamos como válidos esses argumentos, nenhum se aplica a Prefeitura Municipal no momento atual.

Como iremos ver no curso deste Estudo, não existe crise de arrecadação na prefeitura de Recife. Nem mesmo a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma ameaça atualmente. No entanto, o que realmente existe é uma crise na educação, convivendo com recursos cada vez mais reduzidos, ao mesmo tempo com uma elevação da demanda de ensino e, portanto, maior intensidade trabalho e condições precárias.

Vamos porém aos números e sua interpretação. Como veremos, não existe justificativa válida para negar a ampliação nos investimentos do setor e a melhoria das condições econômicas dos servidores que a integram.

1 - Não faltam recursos na prefeitura de Recife

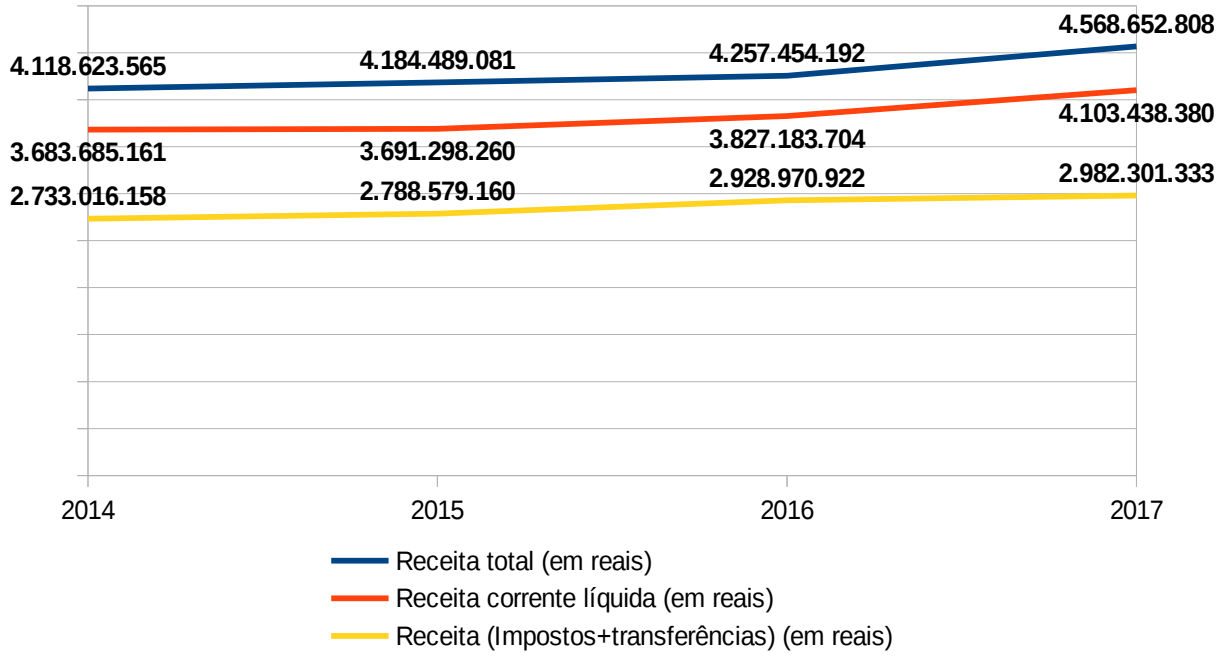
Como podemos ver no gráfico abaixo, a arrecadação do município de Recife cresceu 26,36% entre 2013 e 2017. Esse crescimento foi substancial, sobretudo, no ano de 2017, um crescimento de 7,3%, maior do que os dois anos anteriores, somente superado pelo crescimento de 2014. Nesse último ano, a inflação acumulada no último ano foi de 2,95% segundo o IPCA. Mesmo durante o período de crise econômica, Recife apresentou um crescimento continuado de sua receita. Não é verdade, portanto, que a capital pernambucana não possui recursos. Mas esse é apenas um lado da moeda, como veremos mais adiante.



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Em 2017 a Receita Total de Recife cresceu 7,3% enquanto a inflação foi de 2,95%

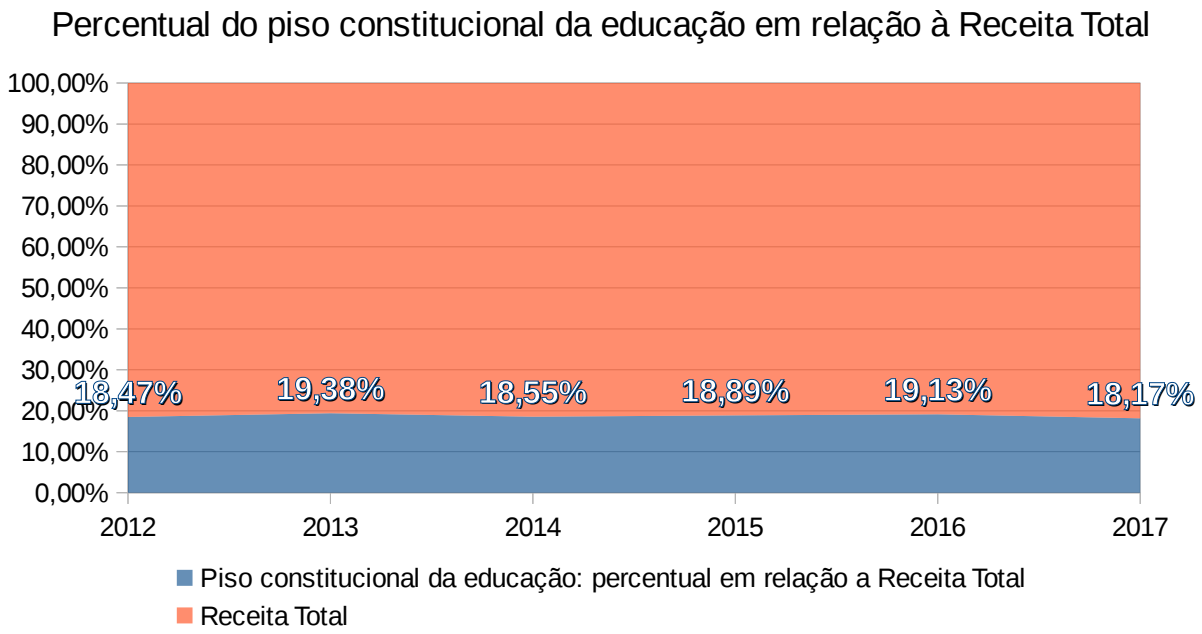
No entanto, apesar desse crescimento substancial no último ano, no cálculo dos pisos constitucionais, como aqueles a serem aplicados na saúde e educação, não se leva em conta toda a receita total do município, mas apenas a receita por impostos e transferência. É importante que os servidores tenham consciência de que o piso de legal de 25% a ser investido na educação, em verdade, não corresponde a 25% da receita total do município. Para que possamos entender esse aspecto, indicamos a evolução dos vários tipos de receitas do município de Recife.



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

A **Receita Total** considera toda arrecadação do município, seja qual for a origem. Ela não é usada para o cálculo de nenhum piso constitucional. A **Receita Corrente Líquida** leva em conta apenas a arrecadação periódica (corrente) não considerando, por exemplo, o superavit do ano anterior. Essa receita é usada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já os pisos constitucionais da educação e saúde são calculados com base nas **Receitas de de Impostos e Transferências**, que é a menor de todas receitas anteriores. Apenas em 2017, esta receita sobre a qual incide o piso foi quase 1,6 bilhões de reais inferior a Receita Total. Isto pode ser melhor visualizado no gráfico que se segue:



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver acima, a receita proveniente de impostos e transferência, em 2017, é apenas 35% da receita total. Nesse sentido, é importante notar que enquanto a receita total cresceu 7,3%, a receita de impostos e transferências, sobre a qual incide o piso de investimentos na educação, cresceu apenas 1,8%. Isso significa que o piso mínimo constitucional de 25% para a educação básica, em verdade, em 2017, mal chega é de apenas 18,17%% das receitas totais de Recife. Mais ainda, como a Receita por Impostos e Transferências cresceu menos que a Receita Total, em 2017 esse piso é menor que em todos os demais anos analisados. Esses 25% constituem, portanto, um mito. A lei do piso prevê uma fatia muito inferior a ser gasta com a educação básica. Mesmo assim, só com muita dificuldade a prefeitura municipal cumpre essa lei absolutamente insuficiente, como veremos mais adiante.

Esses dados já indicam o quão insuficiente é a lei atualmente em vigor, no entanto, esta lei determina apenas um piso a ser investido, piso este que pode ser ultrapassado. Vários municípios do país (Belo Horizonte e Natal, por exemplo) possuem uma lei específica que determina que o percentual mínimo da receita por impostos e transferências a ser investido é de 30%.

Em 2017 o piso nacional da Educação básica representa apenas 16% da Receita Total do município.

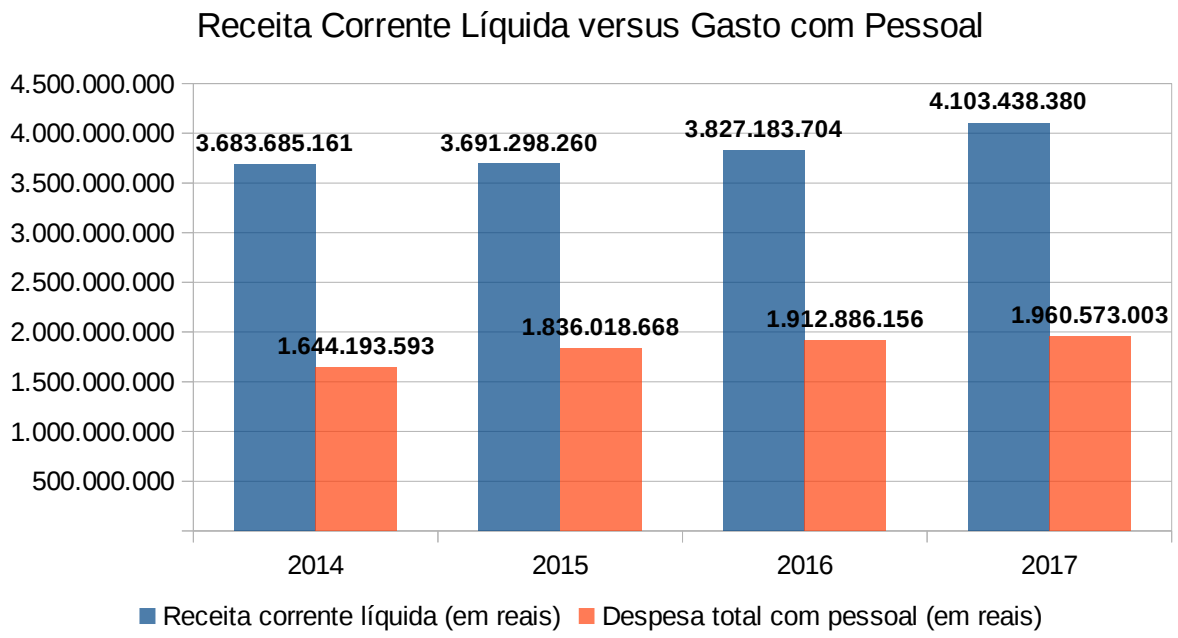
2 – Gasto com Pessoal: Lei de Responsabilidade Fiscal não é desculpa

Como se sabe, o governo federal aplica uma política econômica neoliberal para o orçamento da União com o objetivo de privilegiar o pagamento da dívida pública. Os investimentos em áreas como saúde, educação e os demais serviços públicos ficam para depois. Nos Estados e municípios não é diferente. Para isso existe a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal(LRF), aprovada em maio de 2000, durante o governo FHC.

Em nome de uma suposta responsabilidade fiscal, ela impõe barreiras absolutas que impedem o aumento de investimentos em pessoas até um certo limite. Esta lei incorporou e aprofundou a chamada Lei Camata, de 1999, estabelecendo o limite de 60% da receita com funcionários para Estados e municípios. Já o limite para o governo federal é ainda menor: 50% do orçamento.

Nesse quadro, o pagamento da dívida é mais importante que os outros gastos. Caso a receita do Estado ou município for menor que o previsto, o governo não pode fazer investimentos, a não ser os de caráter obrigatório, constitucional. Apesar desta lei absurda, que privilegia o pagamento da dívida pública frente aos demais serviços, os gastos com pessoal no município de Recife estão bem abaixo do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

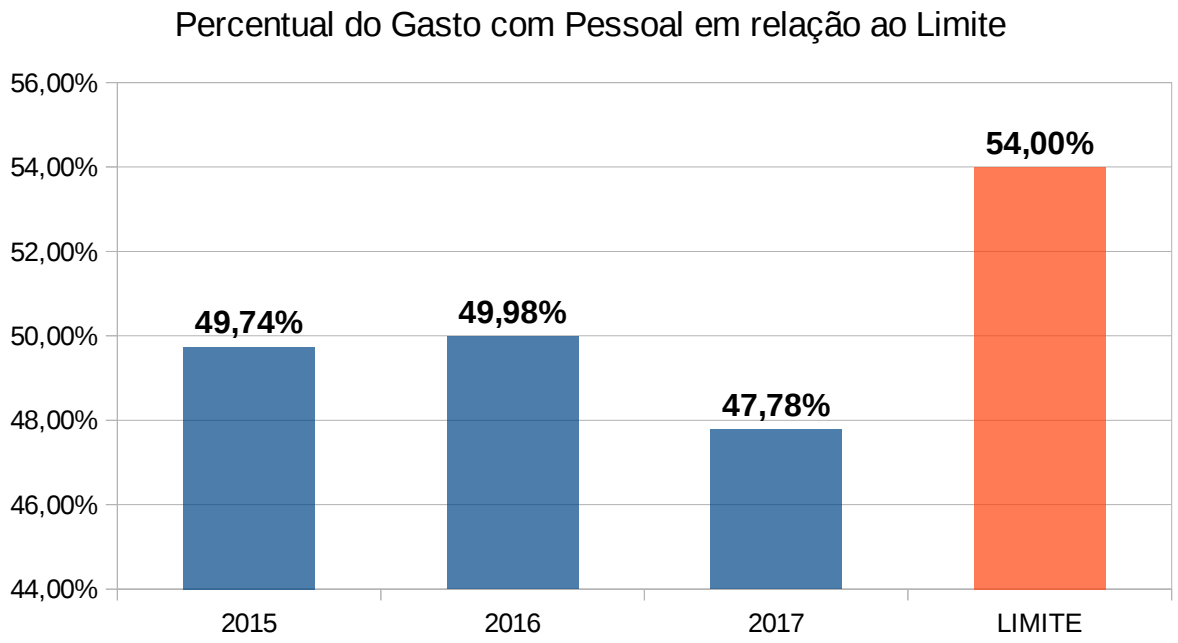
Vários municípios do país estão com os limites de gasto com pessoal estourados em relação ao teto previsto por Lei. Esta lei, no entanto, não deve servir de desculpa para que serviços essenciais não sejam atendidos. Apesar disso, a situação de Recife está longe de ser esta. No gráfico abaixo indicamos, no período entre 2014 e 2016, a correlação entre a Receita Corrente Líquida e os gastos com pessoal, isto é, a fatia da receita destinada ao custeio do conjunto dos servidores públicos.



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

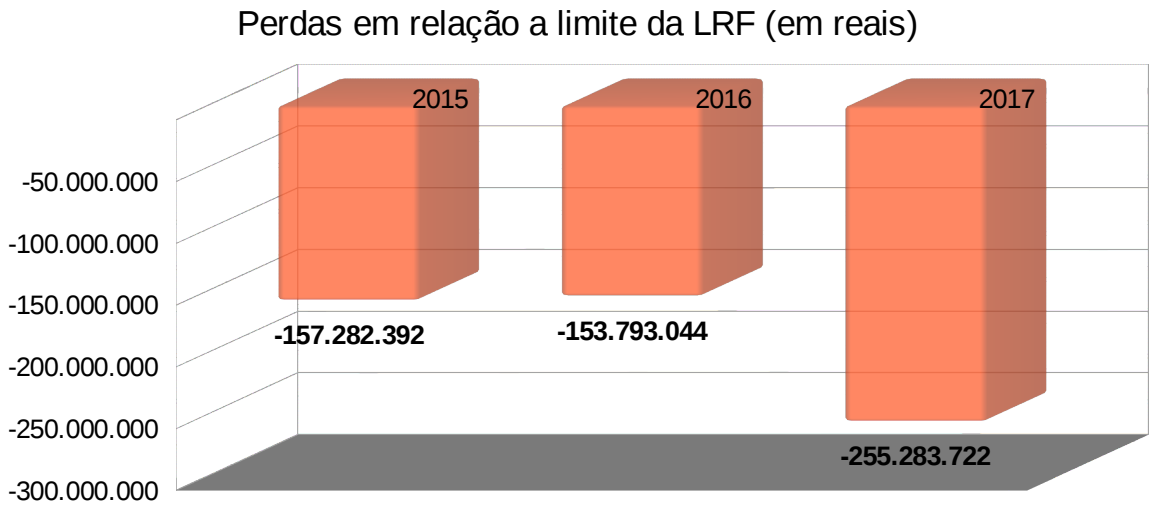
Como dissemos, esta correlação é essencial, afinal, é justamente a receita corrente líquida que é utilizada como base para o cálculo Lei de Responsabilidade Fiscal, que predetermina um teto máximo para gasto com pessoas.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o executivo do município pode gastar até 54% da receita corrente líquida em pessoal e encargos. Em um sem-número de municípios essa lei tem servido de desculpa para que os servidores em educação do município não recebam aumento. Em Recife, este quadro definitivamente não existe.



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

O espaço que existe para aplicação de recursos em pessoal (incluindo educação) é expressivo. Para se ter uma ideia, indicamos no gráfico abaixo, os recursos disponíveis, em conformidade com a LRF, para serem gastos com os servidores públicos, mas que não foram usados pela prefeitura de Recife.



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como se vê, os recursos disponíveis não utilizados no gasto com pessoal, segundo a LRF, totalizam, apenas no ano de 2017, foi de mais de 255 milhões de reais. Se considerarmos o Limite Prudencial de 51,3% esse espaço para o investimento em pessoal foi de mais de 144 milhões de reais em 2017. Importante destacar que esses números tendem a crescer ainda mais em 2018, com a tendência natural de elevação da receita. Como indica o gráfico acima, apenas de 2016 para 2017 o espaço para investimento com os servidores municipais cresceu de 153 milhões de reais para 255 milhões. Em 2018, tendo em vista as previsões de crescimento do PIB do país, essa tendência deverá se manter. Isso significa que existe muito espaço para se investir na contratação e aumento salarial dos servidores, mesmo considerando a absurda lei de Responsabilidade fiscal. Significa também que o município tem gastado pouco com serviços essenciais como Educação e Saúde.

Mesmo com a LRF, existiu um espaço no orçamento de Recife para gasto com pessoal de mais de 255 milhões de reais em 2017 considerando o Limite da LRF e mais de 144 milhões considerando o Limite Prudencial.

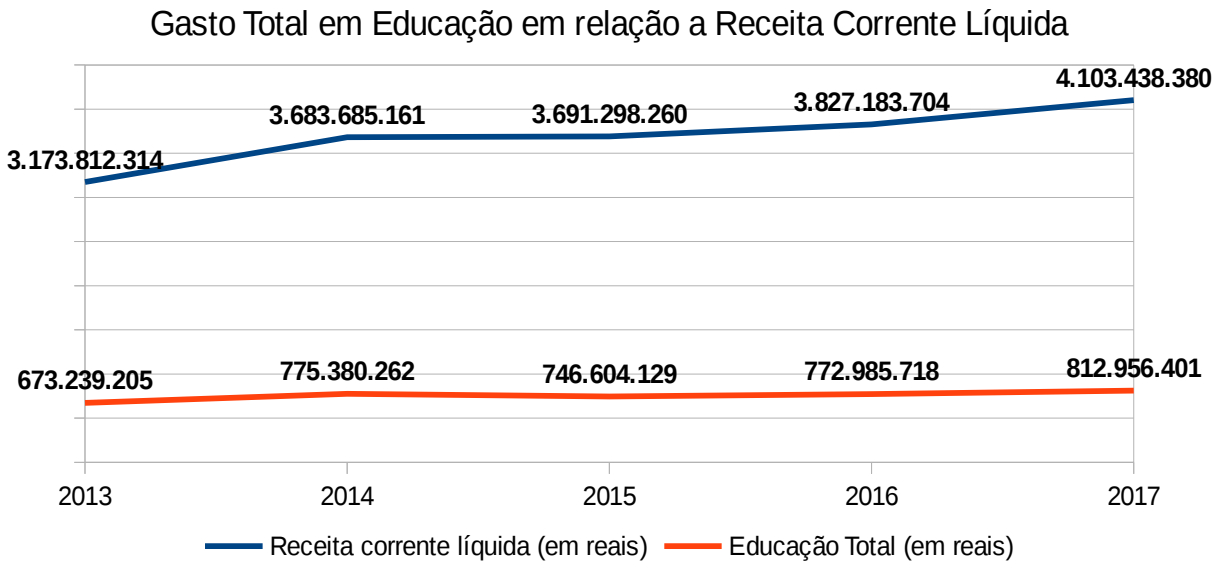
O espaço para investimento em servidores deverá crescer ainda mais em 2018 devido ao crescimento das receitas do município.

Apesar dos espaços existentes, a Lei de Responsabilidade Fiscal é absurda: privilegia o pagamento da dívida pública em relação à serviços essenciais. Tal lei deve ser combatida.

3 – Investimentos cada vez menores em Educação

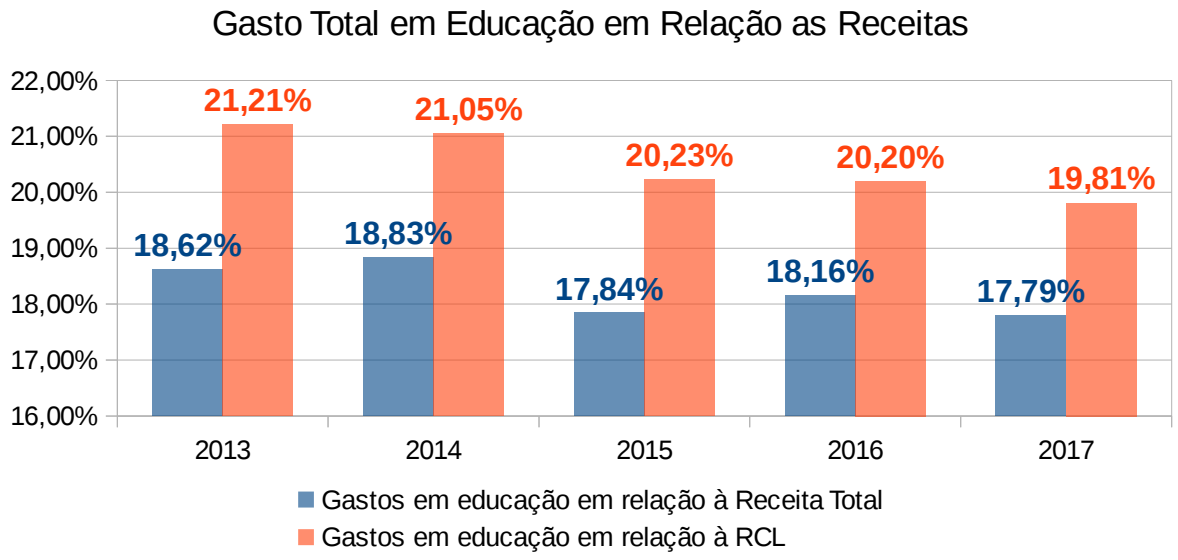
Investimentos totais em Educação

Se os gastos com pessoal se mostram muito aquém do espaço reservado pela LRF, o mesmo se verifica nas despesas destinadas à Educação, se compara com a arrecadação da prefeitura. No gráfico abaixo indicamos a evolução da Receita Corrente Líquida em relação às despesas específicas com a educação.



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco, FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Para melhor visualizar o significado desses números, indicamos abaixo o percentual gasto em Educação no município em relação a Receita Total (em azul) e em relação a Receita Corrente Líquida (em vermelho).



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco, FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

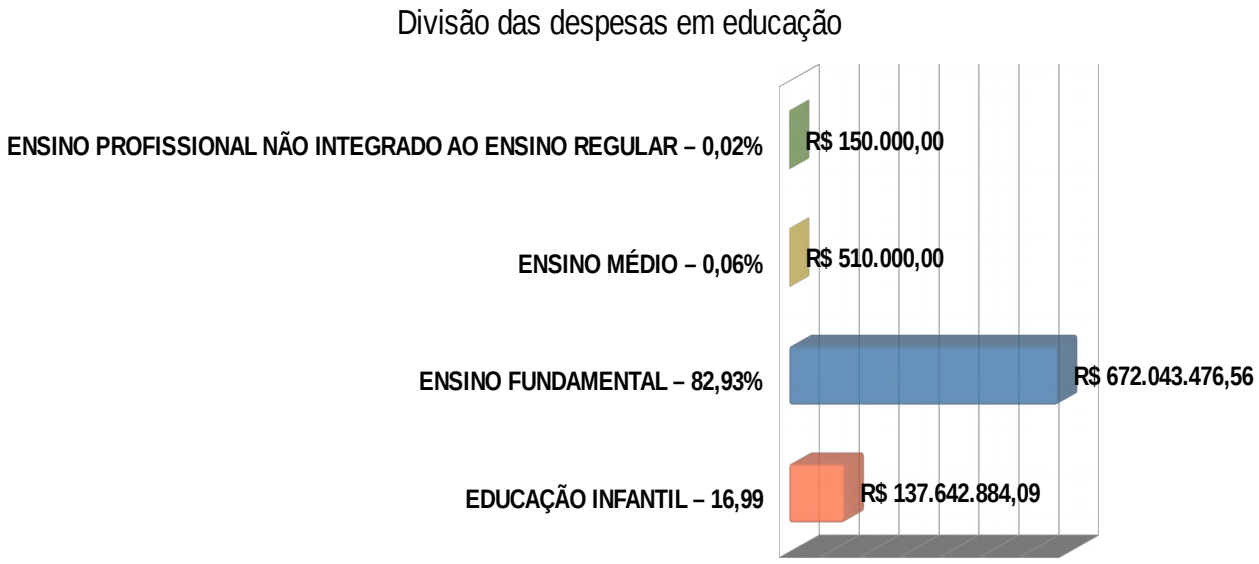
Como se vê, desde 2013, quase nunca foi investido mais de 25% na Educação em seu conjunto. Mas o que é pior, os investimentos em educação apresentam, em ambos os cenários, uma indiscutível tendência de queda. Em relação a Receita Total, os gastos em educação reduziram de 21,21% para 19,81% entre 2013 e 2017. Nesse mesmo período, a redução foi de 18,62% para 17,79%, considerando a Receita Corrente Líquida.

Mas como já tratamos, nenhum desses valores são utilizados para estabelecer os valores mínimos aplicados na educação. Para o cálculos dos 25% constitucionais a ser aplicado na Educação Básica se considera, como vimos, apenas a Receita oriunda de impostos e transferência. Tratamos desse índice a seguir:

A tendência dos investimentos totais em educação é de queda em 5 anos consecutivos.

Detalhamento dos gastos totais em Educação

Abaixo indicamos o detalhamento dos gastos em educação no municípios em 2017:

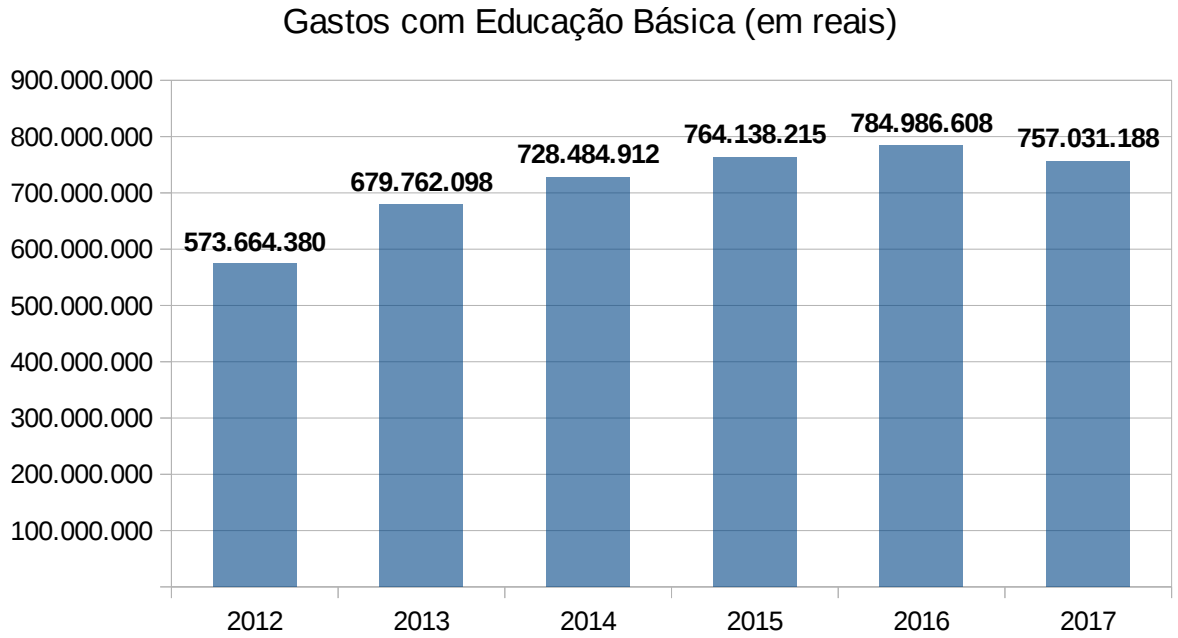


Fonte: FNDE **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, a maior parte dos investimentos em educação na prefeitura de Recife são relativas ao ensino fundamental (82,93%), seguido pela educação infantil (16,99%). O gasto com Ensino médio e profissional é insignificante e não atingem 0,01% das despesas com educação do município.

Gasto mínimo constitucional na Educação Básica

O que é impactante na análise dos gastos e receitas da prefeitura de Recife é a fatia destinada a educação básica. Na verdade o piso constitucional de 25% a ser investido na Educação (que como vimos, na verdade não é bem 25%) incide apenas sobre a Educação Básica (ensino infantil e fundamental). No entanto, como mostramos no tópico anterior, quase todo investimento da prefeitura de Recife em educação é exatamente nessa fatia. Ocorre que, em 2017, os gastos em educação básica do município, apesar do crescimento de receita, caíram em termos absolutos. Indicamos abaixo os gastos em educação básica na capital pernambucana.

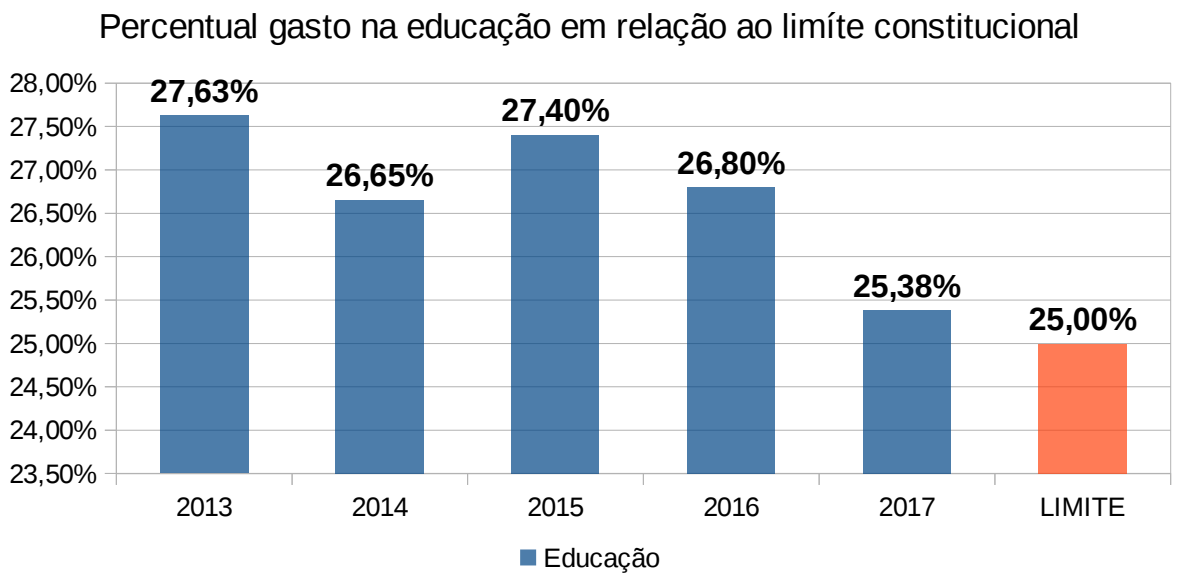


Fonte: FNDE **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, os gatos totais em educação básica caíram em 2017, passando de 784 milhões de reais em 2016 para 757 milhões em 2017, uma queda de mais de 25 milhões de reais. Em verdade, os gastos em educação básica em 2017 foram inferiores ainda aos números de 2015, quando a inflação foi de 6,7% segundo o IPCA.

Os gastos em educação básica caíram, em termos absolutos, mais de 25 milhões de reais.

Não sem razão, percentualmente, a prefeitura de Recife está no limite do piso constitucional da Educação, ou seja, os 25% da Receita por Impostos e Transferências, como indicamos abaixo:



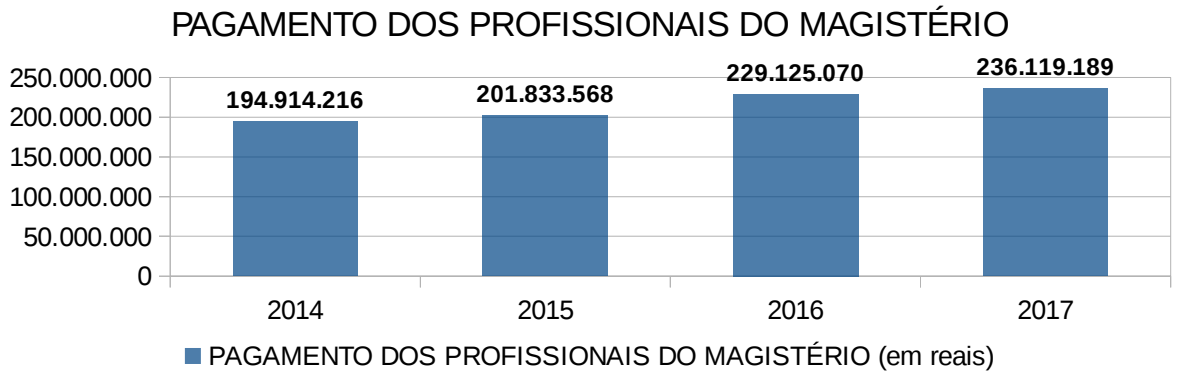
Fonte: FNDE **Elaboração:** ILAESE

Ora, como se vê, se a margem para gasto como pessoal está bem folgada em relação ao teto da LRF, o piso mínimo a ser aplicado na educação básica não está nada folgado. Desde 2013 a prefeitura gasta um valor próximo do limite mínimo constitucional, sempre próximo aos 25%. Pior ainda, a tendência é inquestionavelmente de queda, passando de 27,63% para 25,38% no período considerado.

A prefeitura de Recife está no limite do piso constitucional para a educação básica. Esse percentual cai ano após ano.

Gastos com os profissionais do magistério na Educação Básica

Ora, no cenário indicado acima, não é de se estranhar o pequeno crescimento dos gastos da prefeitura com os servidores da educação municipal. Como indicamos abaixo, os gastos com o pagamento dos professores ficou praticamente estagnado no último ano, passando de 229 milhões de reais para 236 milhões.



Fonte: FNDE **Elaboração:** ILAESE

Na verdade, esse valor investido, corresponde, em 2016, a apenas 4,39% da receita total do município. Como mostramos no anuário estatístico do ILAESE. Esse valor é o mais baixo entre todas as capitais brasileiras e os maiores municípios, como indicamos abaixo:

Município	*PROFESSORES*				
	Gasto com pagamento de professores em relação à Receita Total				**Valor total gasto em 2016**
	2016	2015	2014	2013	
RECIFE	**4,39%**	**4,82%**	**4,73%**	**4,82%**	**R$ 229.125.070,18**
PORTO ALEGRE	4,44%	3,31%	3,18%	4,69%	R$ 264.864.096,93
SANTOS	4,80%	5,65%	5,01%	5,91%	R$ 117.352.771,11
CAMPINAS	5,37%	4,87%	5,06%	4,87%	R$ 221.000.000,00
CURITIBA	5,80%	6,40%	5,67%	5,59%	R$ 455.251.522,20
ARACAJU	5,89%	5,81%	5,25%	5,47%	R$ 101.207.971,64
RIO DE JANEIRO	5,94%	5,94%	6,54%	5,86%	R$ 1.679.597.406,94
BELO HORIZONTE	6,09%	6,18%	5,77%	0,00%	R$ 624.462.744,06
SÃO PAULO	6,78%	6,87%	7,65%	7,53%	R$ 3.509.458.662,40
SALVADOR	6,91%	6,40%	6,38%	7,57%	R$ 402.864.201,26
TERESINA	7,04%	8,64%	8,46%	8,36%	R$ 206.412.125,97
BELÉM	7,37%	6,62%	6,01%	6,14%	R$ 205.581.613,27
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	8,31%	8,69%	9,07%	9,71%	R$ 236.926.387,38
JOÃO PESSOA	8,41%	9,03%	7,78%	8,18%	R$ 164.785.219,99
NATAL	8,48%	8,72%	7,26%	7,90%	R$ 175.388.590,65
FORTALEZA	8,85%	9,22%	8,73%	9,30%	R$ 586.735.023,28
CONTAGEM	9,82%	10,54%	10,62%	12,21%	R$ 154.289.461,01
OSASCO	10,00%	8,62%	7,42%	10,90%	R$ 203.787.620,19
SÃO LUIS	10,82%	11,08%	10,13%	10,13%	R$ 286.292.870,62

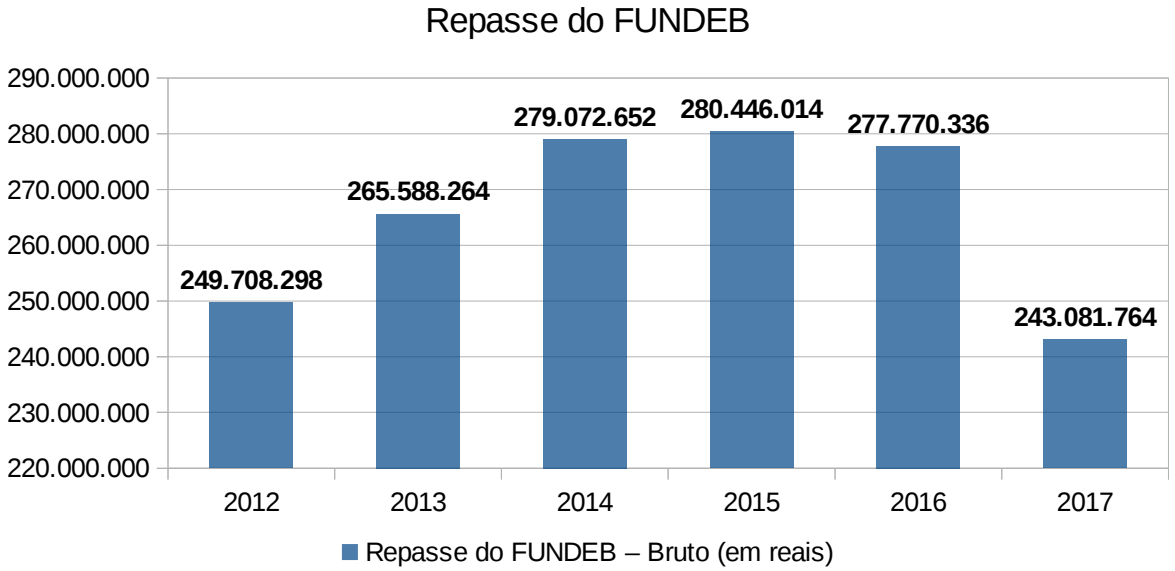
Entre as grandes cidades e capitais brasileiras, Recife é a que menos investe no pagamento de profissionais da Educação, em relação à Receita Total do Município.

4 – Repasse do FUNDEB

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tem sua origem em uma parcela de 20% que incide sobre os tributos arrecadados por todas as esferas de Governo, segundo um conjunto de regras preestabelecidas. Além disso, o Fundeb ainda recebe os recursos da chamada Complementação da União, por intermédio do orçamento do Ministério da Educação. Analisemos, em primeiro lugar, o impacto do FUNDEB no orçamento destinado a educação em Recife, para, em seguida, analisarmos sua distribuição.

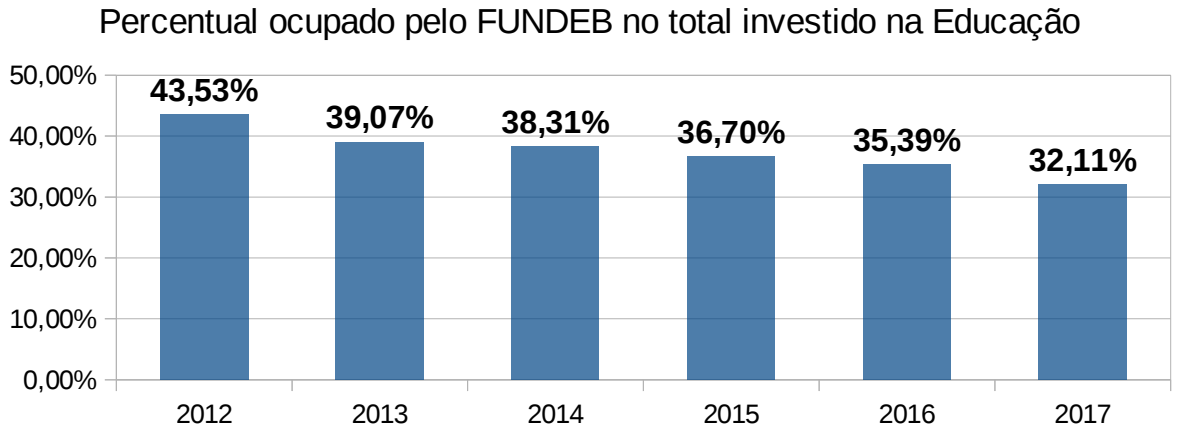
Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação

No gráfico e na tabela abaixo, podemos ver a parcela dos recursos oriundos do FUNDEB entre 2012 e 2016 em relação as despesas liquidadas em Educação.



Fonte: FNDE **Elaboração:** ILAESE

Em termos percentuais, o impacto do FUNDEB na Educação pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo:



Fonte: FNDE **Elaboração:** ILAESE

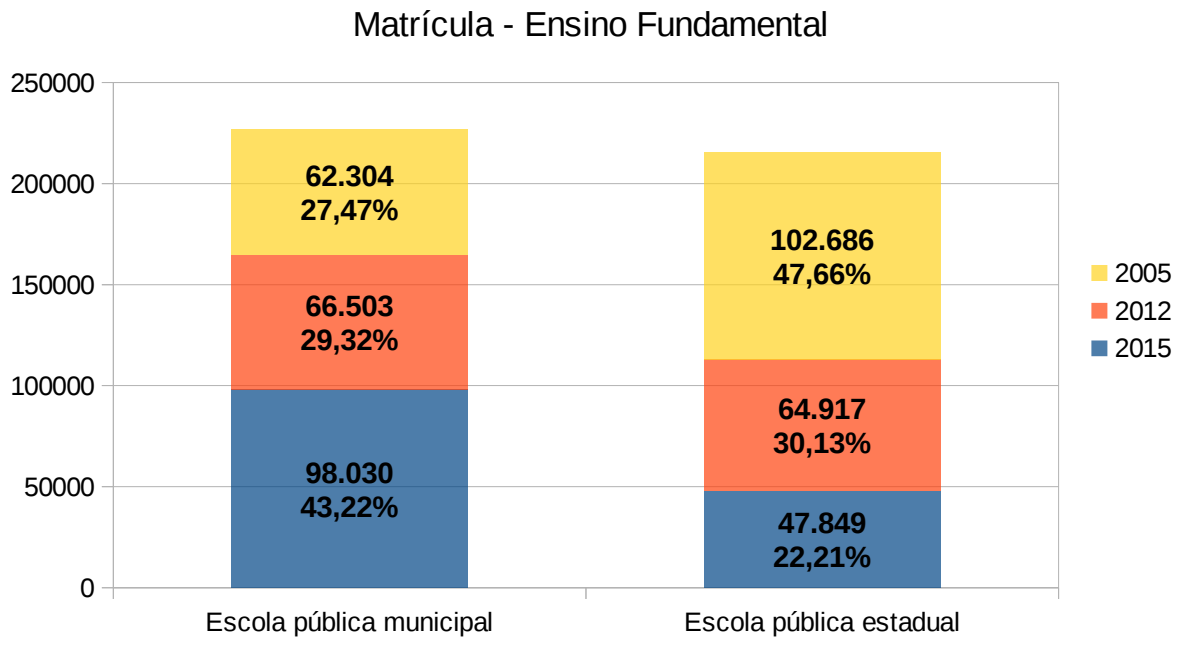
O que esses dados indicam é que o governo federal repassa cada vez menos recursos para subsidiar a educação. Os dados indicam que esta tendência está colocada desde 2012, isto é, tanto o governo petista de Dilma como o atual governo de Michel Temer repassam cada vez menos recursos em termos percentuais para subsidiar a educação. No entanto, nos últimos 2 anos, vemos uma queda não apenas percentual, mas também absoluta nos recursos do FUNDEB.

Evidentemente, isto não isenta a prefeitura de sua responsabilidade em financiar a Educação. Principalmente, porque, como vimos, apesar da redução nos recursos do FUNDEB, as receitas da prefeitura cresceram e, com isso, os recursos possíveis de serem aplicados na Educação.

5 – Trabalho mais intenso e precário

Uma das desculpas constantemente alardeadas para justificar menores investimentos na educação é o giro populacional que vivemos no Brasil, ou seja, a menor taxa de natalidade provoca uma redução da população em idade escolar nesses últimos anos, reduzindo o total de matrículas e, assim, de necessidade em investimentos. O giro populacional é um fato. No entanto, o que ocorre no setor público de Recife é um movimento oposto. Vejamos:

Comecemos por analisar o total de matrículas na cidade de Recife nos anos de 2005, 2012 e 2015 (anos em que foram divulgados os dados do censo escolar para a capital pernambucana).



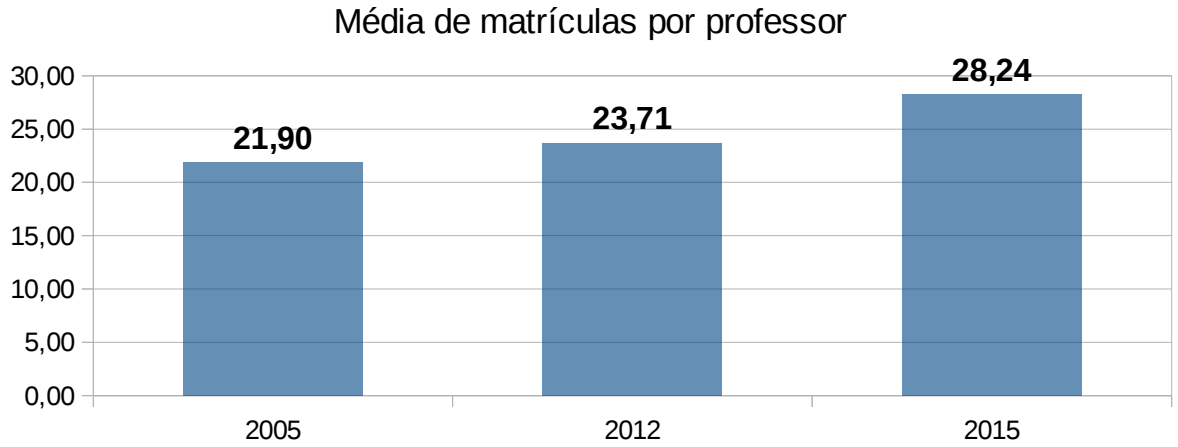
Fonte: Censo Escolar: 2005, 2012, 2015. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, houve uma transferência de matrículas no ensino fundamental das escolas estaduais para as escolas municipais. Em 2005, 47,66% das matrículas no ensino fundamental eram nas escolas estaduais e apenas 27,47% nas escolas municipais. A situação se inverteu por completo, em 2015 apenas 22,21% das matrículas do ensino fundamental eram nas escolas estaduais e 43,2% nas escolas municipais. Não sem razão, o total de matrículas no ensino fundamental municipal cresceu de 62 mil em 2005 para quase 100 matrículas em 2015.

Ocorre que, nesse mesmo período, o número de escolas permaneceu quase estagnado e o número de professores nem de longe cresceu na mesma proporção que as matrículas, como indicamos na tabela abaixo:

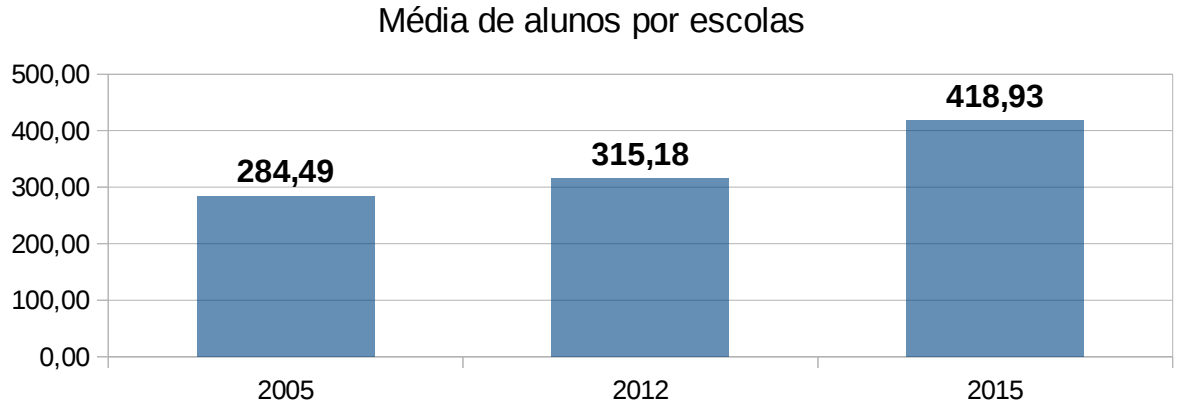
	Ano	**2015**	**2012**	**2005**
	Escola pública municipal	98.030	66.503	62.304
	Escola pública estadual	47.849	64.917	102.686
	Total no setor público	200.716	131.420	110.153
Matrícula - Ensino fundamental	Escola privada	73.641	79.373	71.425
	Escola pública municipal	3.471	2.805	2.845
Docentes - Ensino fundamental	Escola privada	4.212	4.546	4.484
	Escola pública municipal	234	211	219
Escolas - Ensino fundamental	Escola privada	406	484	487

O que esses dados indicam é que houve um aumento da intensidade de trabalho dos professores do ensino público municipal. Tanto é assim, que a média de alunos matriculados por professor cresceu ininterruptamente nesses 10 anos. Como indicamos no gráfico que se segue:



Fonte: Censo Escolar: 2005, 2012, 2015. **Elaboração:** ILAESE

Mas não somente isso, também cresceu a média de alunos matriculados por escola, sem que, como mostra este último dado, o número de professores crescesse na mesma proporção.



Fonte: Censo Escolar: 2005, 2012, 2015. **Elaboração:** ILAESE

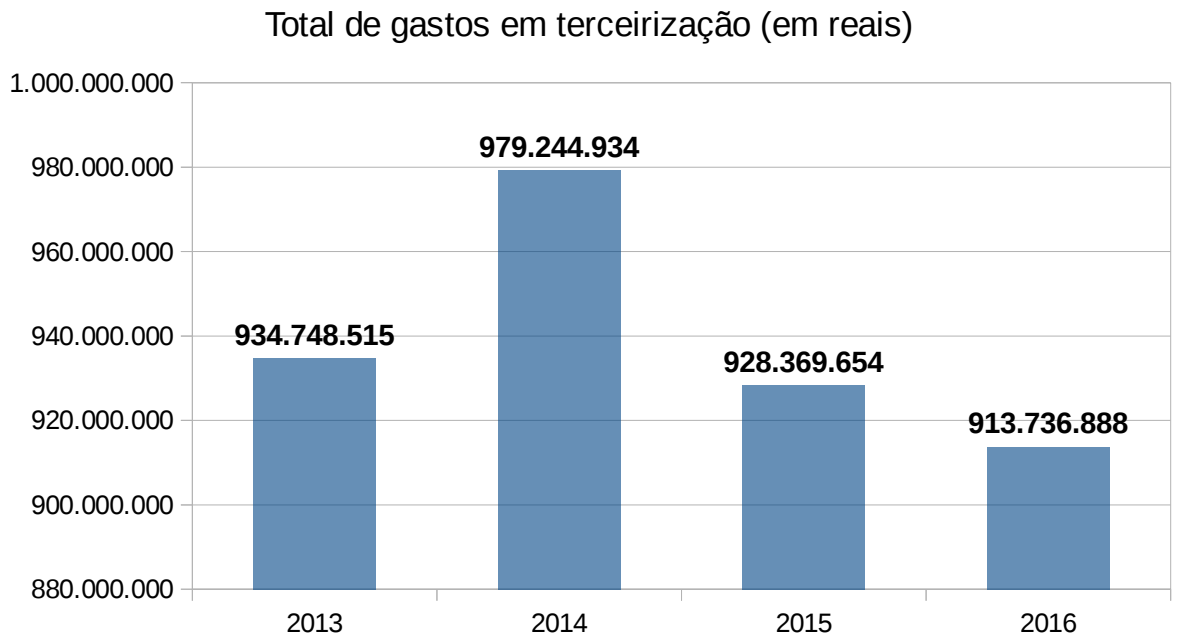
Como se vê, em ambos os casos, o crescimento é assombroso. O número de alunos matriculados por escola cresceu 47,2% em 10 anos. Ao mesmo tempo, o número de matrículas por professor cresceu cerca de 30%. Esses números significam aumento da intensidade de trabalho, da precarização e tem por consequência a elevação das doenças do trabalho, tão comuns na categoria de professores nos dias de hoje.

Não é apenas a questão econômica. Hoje temos uma média maior de alunos por professor da rede pública municipal de Recife. Isto significa aumento da intensidade e precarização do trabalho e, consequentemente, elevação nas doenças do trabalho.

6 – O avanço da terceirização

Ora, como vimos, existem espaços alargados para investimentos em Educação, bem como nos demais setores, na prefeitura de Recife. Ao mesmo tempo, os pisos constitucionais, particularmente o da Educação Básica, estão muito próximos do limite. Para onde, então, é destinado a maior parte dos recursos do município?

Uma das explicações principais é, certamente, a terceirização. Vejamos abaixo, em termos absolutos, o valor destinado para serviços terceirizados:



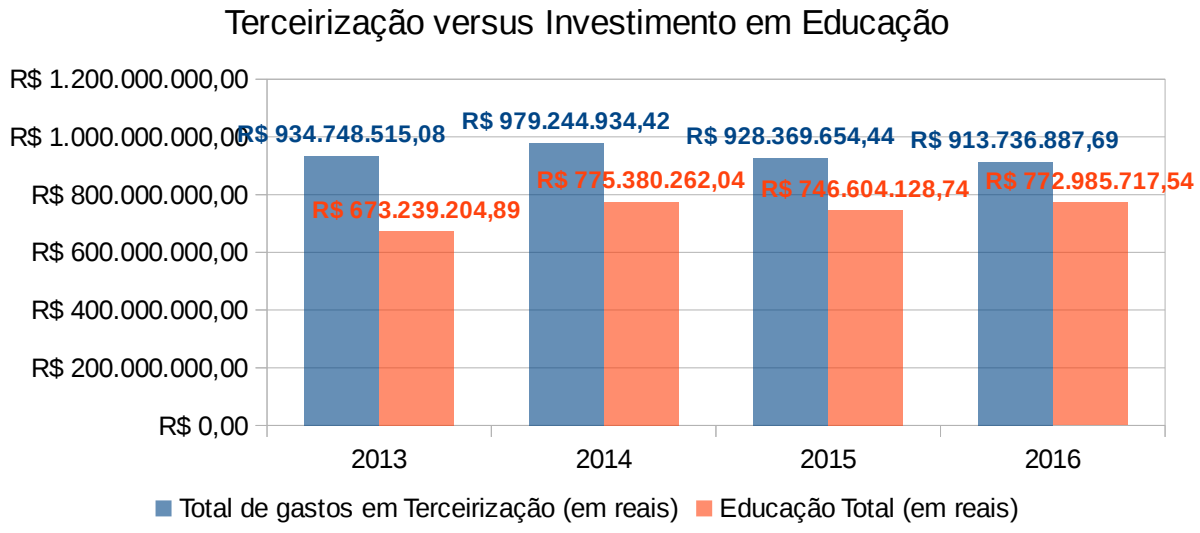
Fonte: Diário Oficial de Pernambuco, FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como se vê, em 2016 foram gastos quase um bilhão de reais com terceirização, alimentando empresas privadas. Mas não somente. Os gastos em atividades terceirizadas na prefeitura de Recife se encontra, também, entre os mais elevados do país. Entre todas as capitais e as cidades com mais de 1 milhão de habitantes, Recife apresenta o sétimo maior gasto com terceirização do país:

TERCEIRIZAÇÃO					
Município	centual da TERCEIRIZAÇÃO em relação à Receita To				**Valor total gasto em 2016**
	2016	2015	2014	2013	
CAMPINAS	36,25%	28,94%	31,52%	25,83%	R$ 1.491.107.182,44
SALVADOR	33,88%	30,50%	29,55%	21,65%	R$ 1.975.553.468,45
CURITIBA	26,34%	27,93%	31,50%	34,01%	R$ 2.067.486.528,98
FORTALEZA	24,55%	26,54%	26,77%	26,92%	R$ 1.627.122.765,34
BELÉM	24,17%	28,89%	33,70%	26,54%	R$ 674.289.024,50
ARACAJU	21,46%	26,59%	26,83%	26,23%	R$ 369.002.685,95
RECIFE	21,46%	22,19%	23,78%	25,85%	R$ 913.736.887,69
NATAL	20,89%	23,65%	NI	NI	R$ 431.912.682,29
BELO HORIZONTE	20,84%	22,47%	22,39%	22,06%	R$ 2.135.630.179,14
TERESINA	20,39%	23,91%	24,20%	24,22%	R$ 598.203.457,46
PORTO ALEGRE	20,17%	21,33%	23,96%	24,08%	R$ 1.203.100.900,86
SANTOS	19,02%	1,88%	23,42%	23,04%	R$ 465.459.695,87
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	18,32%	21,47%	29,88%	29,17%	R$ 522.282.439,29
OSASCO	18,02%	19,09%	16,94%	16,92%	R$ 367.291.902,79
SÃO PAULO	17,82%	18,04%	24,18%	24,12%	R$ 9.226.617.463,49
CONTAGEM	17,45%	19,02%	19,25%	19,50%	R$ 274.190.400,48
SÃO LUIS	15,23%	17,62%	21,08%	20,21%	R$ 403.056.120,83

Terceirização representa quase um quarto dos gastos da prefeitura de Recife, atingindo mais de 1 bilhão de reais.

Para se ter uma ideia, comparamos abaixo o total investido em educação com o que foi gasto com terceirização entre 2013 e 2016. Como podemos ver, o montante gasto com atividades terceirizadas sempre superam o total investido na educação:



Fonte: Diário Oficial de Pernambuco, FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Conclusões

Não faltam recursos para a prefeitura investir na Educação. Sua receita cresce de modo continuado em todo período analisado, sendo que em 2017 esse crescimento foi cerca de 5% superior a inflação.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, embora absurda, não é desculpa para falta de investimento nos servidores públicos em Recife. O espaço que existe para maiores investimento é muito significativo: cerca de 250 milhões de reais apenas em 2017.

Os gastos em Educação básica estão próximos do piso mínimo constitucional, de 25%, e apresenta tendência de queda.

As transferências do FUNDEB são, desde o governo do PT, cada vez menores.

A terceirização ocupa quase um quarto do orçamento do município, percentual superior a maioria das capitais brasileiras.

Houve um crescimento no número de matrículas do setor municipal na última década, sem que o número de profissionais da educação crescessem na mesma proporção.